

**Associação Gerações – Associação de Educação, Solidariedade e Serviços**

**Demonstrações Financeiras**

**em 31 de dezembro de 2015**

Índice	
Balanço .....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	5
Anexo .....	6
1. <i>Identificação da Entidade</i> .....	6
2. <i>Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras</i> .....	6
3. <i>Principais políticas contábilísticas</i> .....	7
4. <i>Fluxos de caixa</i> .....	13
5. <i>Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros:</i> .....	13
6. <i>Ativos fixos tangíveis</i> .....	13
7. <i>Ativos intangíveis</i> .....	14
8. <i>Inventários</i> .....	15
9. <i>Clientes e Utentes</i> .....	15
10. <i>Estado e outros Entes Públicos</i> .....	15
11. <i>Outras contas a receber</i> .....	16
12. <i>Diferimentos</i> .....	16
13. <i>Outros ativos financeiros</i> .....	16
14. <i>Fundos patrimoniais</i> .....	16
15. <i>Resultados transitados</i> .....	17
16. <i>Outras contas a pagar</i> .....	17
17. <i>Fornecedores</i> .....	17
18. <i>Vendas e serviços prestados</i> .....	17
19. <i>Subsídios, doações e legados à exploração</i> .....	18
20. <i>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</i> .....	18
21. <i>Fornecimentos e serviços externos</i> .....	18
22. <i>Gastos com o pessoal</i> .....	18
23. <i>Outros rendimentos e ganhos</i> .....	19
24. <i>Outros gastos e perdas</i> .....	19
25. <i>Compromissos</i> .....	19
26. <i>Divulgações exigidas por outros diplomas legais</i> .....	19
27. <i>Acontecimentos após data de balanço</i> .....	20
28. <i>Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras</i> .....	20

## Balço

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade monetária: Euros

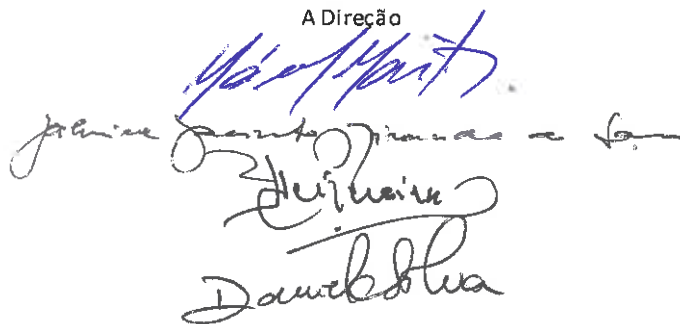
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	38.683,07	60.784,41
Outros ativos financeiros	13	663,40	448,45
Subtotal		39.346,47	61.232,86
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	3.686,58	4.328,66
Clientes	9	3.971,36	8.379,50
Estado e outros Entes Públicos	10	2.564,82	1.318,62
Outras contas a receber	11	9,07	90.725,01
Diferimentos	12	6.050,12	6.666,29
Caixa e depósitos bancários	4	217.189,25	143.622,78
Subtotal		233.471,20	255.040,86
<b>Total do ativo</b>		<b>272.817,67</b>	<b>316.273,72</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	14	5.000,00	5.000,00
Resultados transitados	15	223.929,91	188.189,51
Subtotal		228.929,91	193.189,51
Resultado líquido do período		29.183,82	43.285,51
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>199.746,09</b>	<b>236.475,02</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Subtotal		-	-
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	8.831,01	6.536,38
Estado e outros Entes Públicos	10	8.292,54	8.897,70
Diferimentos	12	6.549,75	14.778,40
Outras contas a pagar	16	49.398,28	49.586,22
Subtotal		73.071,58	79.798,70
<b>Total do passivo</b>		<b>73.071,58</b>	<b>79.798,70</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>272.817,67</b>	<b>316.273,72</b>

Vila Nova de Famalicão, 1 de março de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção



## Demonstração dos Resultados por Naturezas

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade monetária: Euros

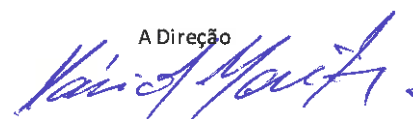
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	18	125.329,46	126.905,83
Subsídios, doações e legados à exploração	19	351.163,02	462.611,31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	- 18.046,70	- 19.632,11
Fornecimentos e serviços externos	21	- 141.751,09	- 149.928,18
Gastos com o pessoal	22	- 329.642,70	- 375.455,98
Outros rendimentos e ganhos	23	19.532,50	24.677,34
Outros gastos e perdas	24	- 12.734,64	- 2.787,01
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		- 6.150,15	66.391,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	- 23.033,67	- 23.105,69
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		- 29.183,82	43.285,51
<b>Resultados antes de impostos</b>		- 29.183,82	43.285,51
<b>Resultado líquido do período</b>		- 29.183,82	43.285,51

Vila Nova de Famalicão, 1 de março de 2016


O Contabilista Certificado



A Direção



gabriel jacinto jiranda ca



## Demonstração dos Fluxos de Caixa

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade Monetária: Euros

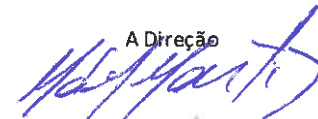
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		138.138,27	131.830,35
Pagamento a fornecedores	-	154.712,22	171.906,08
Pagamentos ao pessoal	-	329.348,43	387.218,20
Caixa gerada pelas operações	-	345.922,38	427.293,93
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		410.964,41	428.786,53
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		65.042,03	1.492,60
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	-	932,33	6.799,10
Investimentos financeiros	-	214,95	409,93
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-	1.106,45
Outros Ativos		8.750,00	15.000,00
Juros e rendimentos similares		1.179,60	1.086,94
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		8.782,32	9.984,36
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares	-	257,88	253,40
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)	-	257,88	253,40
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>73.566,47</b>	<b>11.223,56</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		143.622,78	132.399,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	217.189,25	143.622,78

Vila Nova de Famalicão, 1 de março de 2016


O Contabilista Certificado



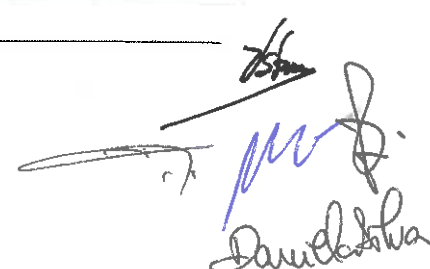
A Direção



gênerio gerente financeiro a. f. m.



## Anexo



### 1. Identificação da Entidade

A “Associação Gerações – Associação de Educação, Solidariedade e Serviços” constituída por escritura pública no 2.º Cartório Notarial de Vila Nova de Famalicão, no dia 22 de outubro de 1999, com início de atividade para efeitos de IVA e IRC em 25 de outubro de 1999, tem como número de identificação fiscal o 504 634 208 e é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção-Geral da Ação Social, no livro das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 110/00, a fls.97 verso, em 15 de fevereiro de 2000.

A Instituição tem a sua sede na Avenida Marechal Humberto Delgado, n.º 515, na freguesia de Antas e Abade de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão.

Código postal: 4760-012 Vila Nova de Famalicão

E-mail: [geral@associacaogeracoes.com](mailto:geral@associacaogeracoes.com)

Sítio da Instituição: [www.associacaogeracoes.com](http://www.associacaogeracoes.com)

Os estatutos da associação estabelecem no seu artigo 2.º o seguinte: -----  
A associação tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento integral dá criança, na defesa e promoção dos seus direitos, sendo o seu âmbito de acção nacional. -----

Códigos C.A.E. aplicáveis:

85100 – Educação pré-escolar.

88101 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento.

88910 – Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1 – Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9

de março. No Anexo II do referido decreto, refere-se que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011, de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

**2.2 - Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não foi derogada qualquer disposição do SNC.

**2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

### **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

**3.1.3. Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

**3.1.4. Materialidade e agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

**3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

**3.1.6. Informação comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificados; e
- c) Razão para a reclassificação.



### 3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

#### 3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao custo considerado.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As taxas de depreciação anuais médias utilizadas são as seguintes:

	Taxas	Vida Útil
Edifícios e Outras Construções	2% - 10%	10 - 50
Equipamento Básico	12,5% - 14,28%	7 - 8
Equipamento de Transporte	25%	4
Equipamento administrativo	7,14% - 20%	5 - 14
Outros activos fixos tangíveis	10,00% - 16,66%	6 - 10

#### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada. As taxas de amortização anuais médias utilizadas são as seguintes:

	Taxas	Vida Útil
Programas de computador	33,33%	3

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração de resultados como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecida.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

#### Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como ativos não correntes.

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos**

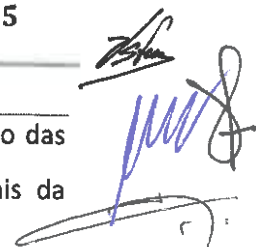
O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentas de IRC:

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 “rendimentos empresariais derivados das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor” poderão ser sujeitos a IRC à taxa de 21,5%, nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando



estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.3 - Juízos de valor que a Direção fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

- As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

### **3.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro**

- As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

### **3.5 - Principais fontes de incertezas**

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste

enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

#### 4. Fluxos de caixa

##### 4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não se verificaram saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

##### 4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Caixa	308,19	345,90
Depósitos à ordem	181.881,06	108.276,88
Depósitos a prazo	35.000,00	35.000,00
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>217.189,25</b>	<b>143.622,78</b>

##### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

##### 6. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

*[Handwritten signature]*

31 de dezembro de 2014						
Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2014
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	274.473,59	-	-	-	-	274.473,59
Equipamento básico	29.168,05	-	-	-	-	29.168,05
Equipamento de transporte	60.541,16	-	-15.020,00	-	-	45.521,16
Equipamento administrativo	86.570,15	3.146,36	-	-	-	89.716,51
Outros Ativos fixos tangíveis	7.877,86	3.652,74	-	-	-	11.530,60
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>458.630,81</b>	<b>6.799,10</b>	<b>-15.020,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>450.409,91</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	211.320,46	18.258,25	-	-	-	229.578,71
Equipamento básico	26.321,03	966,51	-	-	-	27.287,54
Equipamento de transporte	60.541,16	-	-15.020,00	-	-	45.521,16
Equipamento administrativo	75.551,45	3.694,63	-	-	-	79.246,08
Outros Ativos fixos tangíveis	7.805,71	186,30	-	-	-	7.992,01
<b>Total</b>	<b>381.539,81</b>	<b>23.105,69</b>	<b>-15.020,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>389.625,50</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>77.091,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>60.784,41</b>

31 de dezembro de 2015						
Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2015
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	274.473,59	-	-	-	-	274.473,59
Equipamento básico	29.168,05	747,33	-	-	-	29.915,38
Equipamento de transporte	45.521,16	-	-	-	-	45.521,16
Equipamento administrativo	89.716,51	185,00	-	-	-	89.901,51
Outros Ativos fixos tangíveis	11.530,60	-	-	-	-	11.530,60
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>450.409,91</b>	<b>932,33</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>451.342,24</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	229.578,71	18.258,23	-	-	-	247.836,94
Equipamento básico	27.287,54	917,25	-	-	-	28.204,79
Equipamento de transporte	45.521,16	-	-	-	-	45.521,16
Equipamento administrativo	79.246,08	3.401,60	-	-	-	82.647,68
Outros Ativos fixos tangíveis	7.992,01	456,59	-	-	-	8.448,60
<b>Total</b>	<b>389.625,50</b>	<b>23.033,67</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>412.659,17</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>60.784,41</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.683,07</b>

## 7. Ativos intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2014						
Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2014
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	6.442,40	-	-	-	-	6.442,40
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.442,40</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.442,40</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Programas de Computador	6.442,40	-	-	-	-	6.442,40
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.442,40</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.442,40</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

31 de dezembro de 2015

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2015
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	6.442,40	-	-	-	-	6.442,40
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.442,40</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.442,40</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Programas de Computador	6.442,40	-	-	-	-	6.442,40
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.442,40</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.442,40</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.374,79	16.105,51	2.480,47	4.328,66	14.947,03	2.457,59	3.686,58
...	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5.374,79</b>	<b>16.105,51</b>	<b>2.480,47</b>	<b>4.328,66</b>	<b>14.947,03</b>	<b>2.457,59</b>	<b>3.686,58</b>

A rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" em 31 de dezembro de 2015, integrava apenas peças de vestuário (Batas, T-shirts, etc.).

## 9. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>3.971,36</b>	<b>8.379,50</b>
Clientes	-	-
Utentes	3.971,36	8.379,50
<b>Total</b>	<b>3.971,36</b>	<b>8.379,50</b>

## 10. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.564,82	1.318,62
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>2.564,82</b>	<b>1.318,62</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.890,00	3.026,00
Segurança Social	5.402,54	5.871,70
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>8.292,54</b>	<b>8.897,70</b>

**11. Outras contas a receber**

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Saldos devedores de fornecedores	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	9,07	25.771,80
Entidades devedoras por subsídios	-	64.860,27
Outros devedores	-	92,94
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>9,07</b>	<b>90.725,01</b>

**12. Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Rendas	4.000,00	4.000,00
Seguros	1.831,15	2.448,10
...	-	-
Outros	218,97	218,19
<b>Total</b>	<b>6.050,12</b>	<b>6.666,29</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Subsídios IEFP	-	6.710,25
Mensalidades	6.549,75	6.818,15
Outros	-	1.250,00
<b>Total</b>	<b>6.549,75</b>	<b>14.778,40</b>

**13. Outros ativos financeiros**

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015		2014	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo de compensação do trabalho	663,40	-	448,45	-
...	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>663,40</b>	<b>-</b>	<b>448,45</b>	<b>-</b>

**14. Fundos patrimoniais**

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2015
Fundos	5.000,00	-	-	5.000,00
Resultados transitados	188.189,51	43.285,51	7.545,11	223.929,91
Resultado Líquido do Período	43.285,51	-29.183,82	43.285,51	- 29.183,82
<b>Total</b>	<b>236.475,02</b>	<b>14.101,69</b>	<b>50.830,62</b>	<b>199.746,09</b>



**15. Resultados transitados**

Esta rubrica apresentou os seguintes movimentos no período de 2015:

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2015
Valor inicial	188.189,51	-	-	188.189,51
Lucro do período anterior	-	43.285,51	-	43.285,51
Paqpief 2014	-	-	7.545,11	- 7.545,11
<b>Total</b>	<b>188.189,51</b>	<b>43.285,51</b>	<b>7.545,11</b>	<b>223.929,91</b>

**16. Outras contas a pagar**

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Saldos credores de clientes	-	-	-	2,67
Pessoal	-	8,40	-	8,20
Fornecedores de Investimentos	-	4.653,31	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	44.650,00	-	49.575,35
Outros credores	-	86,57	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>49.398,28</b>	<b>-</b>	<b>49.586,22</b>

**17. Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	8.831,01	6.536,38
...		
<b>Total</b>	<b>8.831,01</b>	<b>6.536,38</b>

**18. Vendas e serviços prestados**

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados:"

**Vendas**

Descrição	2015	2014
Mercadorias	-	-
Materiais de consumo	2.053,50	1.552,50
<b>Total</b>	<b>2.053,50</b>	<b>1.552,50</b>

**Prestação de Serviços**

Descrição	2015	2014
Quotas dos utilizadores	122.884,46	125.048,83
Quotizações e jóias	391,50	304,50
Serviços secundários	-	-
<b>Total</b>	<b>123.275,96</b>	<b>125.353,33</b>

**19. Subsídios, doações e legados à exploração**

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2015	2014
Subsídios do estado e outros entes públicos:		
Centro Regional Segurança Social	341.525,85	348.066,26
I.E.F.P.	6.918,59	36.225,01
S.S. - PAQPIEF	-	74.345,94
Município de Vila Nova de Famalicão	752,16	1.493,63
Subsídios de outras entidades:		
Banco alimentar contra a fome e Entrajuda	1.966,42	2.480,47
...	-	-
<b>Total</b>	<b>351.163,02</b>	<b>462.611,31</b>

**20. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

O apuramento do CMVMC, nos períodos de 2015 e 2014, foi efetuado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Inventário inicial	4.328,66	5.374,79
Compras	14.947,03	16.105,51
Regularizações	2.457,59	2.480,47
Inventário Final	- 3.686,58	- 4.328,66
<b>CMVMC</b>	<b>18.046,70</b>	<b>19.632,11</b>

**21. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	22.541,66	31.783,32
Materiais	10.809,56	8.883,10
Energia e fluidos	13.047,33	15.569,48
Deslocações, estadas e transportes	8.031,66	8.704,86
Serviços diversos (*)	87.320,88	84.987,42
Rendas e alugueres	52.138,17	52.577,63
Refeições a utentes	21.479,44	23.282,51
Seguros	2.726,49	2.612,56
<b>Total</b>	<b>141.751,09</b>	<b>149.928,18</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

**22. Gastos com o pessoal**

Os órgãos sociais da Instituição são compostos por 11 membros, não auferindo qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	265.481,31	307.135,36
Indemnizações	9.887,09	2.659,32
Encargos sobre as remunerações	50.691,24	61.204,05
Seguros acid.no trab.e doenças profissionais	2.271,48	2.446,81
Outros gastos com o pessoal	1.311,58	2.010,44
<b>Total...</b>	<b>329.642,70</b>	<b>375.455,98</b>

### 23. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos suplementares	8.403,34	5.163,69
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,72	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	8.750,00	16.106,45
Outros rendimentos e ganhos:	1.198,84	2.320,26
Correções relativas a períodos anteriores	137,19	945,35
Donativos	1.060,78	833,40
Outros	0,87	541,51
Juros obtidos	1.179,60	1.086,94
<b>Total...</b>	<b>19.532,50</b>	<b>24.677,34</b>

### 24. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	28,40	273,81
Outros gastos e perdas:	12.448,36	2.259,80
Correções relativas a exercícios anteriores	11.875,13	1.556,95
FRSS - Fundo de reestruturação do setor social	248,23	330,75
Quotizações	325,00	325,00
Multas e penalidades	-	47,10
Gastos e perdas de financiamento	257,88	253,40
<b>Total</b>	<b>12.734,64</b>	<b>2.787,01</b>

### 25. Compromissos

#### Garantias e avales prestados

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, a Instituição não tinha responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2015.

### 26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 27. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

## 28. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

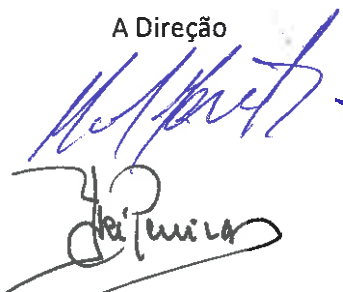
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 01 de março de 2016.

Vila Nova de Famalicão, 01 de março de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção



Juliana Pinto grande e Jan  
Damael Silva